



ESTUDO QUALITATIVO SOBRE PRÁTICAS DE IN/EXCLUSÃO NAS POLÍTICAS PÚBLICAS PARA PESSOAS EM SITUAÇÃO DE RUA NO SUL DO BRASIL

QUALITATIVE STUDY ON PRACTICES OF INCLUSION/EXCLUSION IN PUBLIC POLICIES FOR HOMELESS PEOPLE IN SOUTHERN BRAZIL

<i>Recebido em</i>	26/05/2024
<i>Aprovado em:</i>	02/07/2024

Maria Luiza Adoryan Machado ¹

RESUMO

Viver na condição de rualização é um dos resultados (muitas vezes, fatais) de desigualdades que permeiam as cidades. O presente artigo caracteriza-se como qualitativo e teve como objetivo refletir sobre o conceito de in/exclusão e a oferta de educação permanente quanto às demandas da população de rua no Sistema Único de Assistência Social em Santa Cruz do Sul-RS. Foram realizadas entrevistas semiestruturadas com trabalhadoras do SUAS e para a análise de dados foi utilizada a proposta de Mary Jane Spink. Evidenciamos a falta de educação permanente para acrescentar no trabalho já desenvolvido e contribuir na atuação frente a uma população que continua sendo invisível. Assinalamos que tal questão acaba sendo um fator gerador de práticas in/excludentes.

Palavras-chave: Assistência social; Educação permanente; Políticas públicas; Psicologia

ABSTRACT

Living in a condition of homelessness is one of the (often fatal) results of inequalities that permeate cities. This article is characterized as qualitative and aimed to reflect on the

¹ Doutoranda em Psicologia pela Universidad Católica de Colombia, com bolsa completa pelo governo colombiano. ORCID: <https://orcid.org/0000-0002-1131-7973>



concept of in/exclusion and the provision of permanent education regarding the demands of the homeless in the Unified Social Assistance System (SUAS) in Santa Cruz do Sul (Brazil). Semi-structured interviews were conducted with SUAS workers and Mary Jane Spink's proposal was used for data analysis. We evidenced the lack of permanent education to add to the work already developed and contribute to the performance in front of a population that continues to be invisible. We point out that this issue ends up being a factor that generates in/excluding practices.

Keywords: Social assistance; Permanent education; Public policy; Psychology

INTRODUÇÃO

Sabendo que o estigma é o principal disparador de preconceito físico e psicológico contra a população em situação de rua, Goffman (1988) discorre em sua obra intitulada *Estigma: notas sobre a manipulação da identidade deteriorada*, que o estigma é definido como um aspecto negativo (desprezível), que torna o indivíduo diferente, em desvantagem, diminuído. Assim, estigma e preconceito são termos frequentemente relacionados às pessoas em situação de rua (PRATES et al., 2011), o considerar os modos de subjetivação em situação de rua como “desvios” mediante as normas sociais (GOFFMAN, 1988).

Entende-se o processo de rualização enquanto uma condição temporária onde pessoas que, por não possuírem moradia fixa, habitam transitoriamente diversos logradouros públicos, albergues, abrigos e demais serviços direcionados, além de habitar a rua enquanto lugar físico e simbólico. Prates et al. (2011) apontam que o processo de rualização é um conceito que compreende o “viver na e da rua” enquanto processo social constituído de múltiplos fatores (renda, educação, relações interpessoais, habitação etc.). Neste sentido, é importante destacar o que Botti et al. (2010) apontam sobre tal realidade, sendo que essa população apresenta como característica comum o estabelecimento do espaço público como campo de relações e a vivência da exclusão social através de um trinômio, sendo este: expulsão, desenraizamento e privação. Isto é, “a exclusão social inclui a situação extrema de ruptura de relações familiares e afetivas, além de ruptura



total ou parcial com o mercado de trabalho e de não participação social efetiva” (BOTTI et al., 2010, p. 537). Sendo assim, a população em situação de rua, configura-se enquanto uma realidade enfrentada por uma parcela da sociedade que vive diariamente processos de exclusão em diversos âmbitos, dentre eles, o social, político, cultural e econômico.

Segundo a Política Nacional para Inclusão Social da População em Situação de Rua - PNPR (BRASIL, 2008), a rua não deve ser vista somente como lugar de circulação entre espaços privados, uma espécie de limbo entre situações reconhecidas, mas como espaço em si, tão abarcador e produtor de realidades como qualquer outro. Desta forma, a PNPR aponta que é preciso desconstruir a bipolaridade ontológica entre normal e anormal colocada para as pessoas em situação de rua, considerando a produção e reprodução de identidades sociais dentro mesmo do que Gregori (2000 citado por BRASIL, 2008, p. 4) conceitua como “circulação entre espaços e papéis sociais”.

Em termos gerais, estar na rua é ocupá-la, não como violação do espaço limpo e vazio (BRASIL, 2009), mas enquanto espaço de potência social e individual, onde se produz modos de subjetivação e se (re)significa este espaço que é, ao mesmo tempo, público e privado. Sobre este ponto, Pimenta (2019) situa que, sob interpretação no senso comum, certas práticas não devem ser feitas na rua, à vista das pessoas, e isto acaba por configurar uma percepção social do que é “normal e anormal” em tal contexto. Ou seja, transformar os moldes históricos do que é estar e viver no espaço público pode ser considerado uma subversão da “‘ordem cidadina’, na qual a utilização de locais públicos para finalidades domésticas corrompe a ‘ordem de classificação (público/privado)’ desses espaços” (PIMENTA, 2019, p. 84).

Segundo Prates et al. (2011), são diversos os estudos realizados sobre o fenômeno “população de rua” em âmbito nacional e internacional, desde recortes de análise que tratam sobre as situações-limite que levam pessoas aos processos de rualização, isto é, de passarem a viver em situação de rua, até estudos que retratam algumas configurações nos modos de ser e estar em tal realidade. Estudos mais recentes têm apresentado, de modo mais aprofundado, sobre questões ainda mais complexas na realidade de rua, desde as questões de gênero e sexualidade até a necessidade da criação de estratégias específicas



frente aos temas de educação e mercado de trabalho enquanto potencialidade à pessoa realizada. Além disso, os mesmos autores apontam que há uma emergência na produção de pesquisas que visem um olhar minucioso frente às políticas públicas de saúde e de assistência social, pois estas se constituem enquanto as políticas mais acionadas quando se fala sobre as demandas da população de rua (PRATES et al., 2011).

Desta forma, este trabalho se constitui através da tríade temática: as demandas da população em situação de rua, as políticas públicas de in/exclusão e a educação permanente das/dos servidores públicos atuantes no âmbito do Sistema Único de Assistência Social (SUAS), especificamente, na atenção da população de rua.

O presente texto é um dos resultados de uma pesquisa levada a cabo como trabalho de conclusão em Psicologia, que teve como objetivo geral, conhecer quais são as ações/projetos/programas desenvolvidos pelas/os trabalhadoras/es atuantes no SUAS, em relação às demandas da população de rua. Neste artigo, especificamente, objetivou-se refletir sobre o conceito de in/exclusão (VEIGA-NETO; LOPES, 2011) e a oferta de educação permanente quanto às demandas da população de rua no SUAS, na cidade de Santa Cruz do Sul, interior do Rio Grande do Sul (RS). Foram realizadas entrevistas semiestruturadas com trabalhadoras de serviços públicos que compõem a rede de assistência social e para a análise de dados foi utilizada a proposta de Mary Jane Spink. Os resultados serão apresentados em duas seções, sendo a primeira sobre in/exclusão e por último sobre capacitação e educação permanente.

1. METODOLOGIA

Procedimentos metodológicos

Trata-se de uma pesquisa qualitativa que, segundo Duarte (2004), é possível fazer pesquisa do tipo qualitativa através de diversos meios de registro no campo, desde anotações através de observações, fotografias, gravação de vídeos, grupos focais, questionários, entrevistas etc. A mesma autora destaca que, o que dá o caráter qualitativo à pesquisa qualitativa, não é necessariamente o recurso metodológico que se faz uso, “mas



o referencial teórico/metodológico eleito para a construção do objeto de pesquisa e para a análise do material produzido no trabalho de campo” (DUARTE, 2004, pp. 214-215).

Sobre o “fazer-ciência”, ou, o “fazer-pesquisa”, Martins (2004) afirma que, diante de uma gama de perspectivas teóricas, tal prática não segue um único modelo ou padrão:

As chamadas metodologias qualitativas privilegiam, de modo geral, a análise de microprocessos, através do estudo das nações sociais individuais e grupais. Realizando um exame intensivo dos dados, tanto em amplitude quanto em profundidade, os métodos qualitativos tratam as unidades sociais investigadas como totalidades que desafiam a/o pesquisador(a). Se há uma característica que constitui a marca dos métodos qualitativos ela é a flexibilidade, principalmente quanto às técnicas de coleta de dados, incorporando aquelas mais adequadas à observação que está sendo feita (MARTINS, 2004, pp. 291-292).

Para Minayo (2013), o conceito de campo refere-se a um recorte espacial quanto ao recorte teórico correspondente do objeto de investigação. No campo, o encontro entre o sujeito pesquisador(a) e o sujeito pesquisado(a) interfere de forma dinâmica no conhecimento da realidade e, desta forma, justifica-se a não neutralidade por ambos os sujeitos. Ainda sobre o campo, a autora afirma que, tanto a entrada em campo, quanto a saída, são permeados por problemas de identificação, de obtenção e sustentação de contatos, que demanda certo cuidado quanto a questão ética na pesquisa e das práticas teóricas adotadas (MINAYO, 2013). Sendo assim, a autora aponta que durante todas as etapas da pesquisa, todos os elementos constituintes do processo, merece ser entendido como fenômeno social, provenientes de processos históricos, desde o objeto investigado, as pessoas envolvidas na pesquisa, a pessoa pesquisadora e suas representações teórico-ideológicas e as técnicas de pesquisa (MINAYO, 2013).

Sendo assim, o campo em estudo é constituído das políticas públicas de assistência social, que compõem o SUAS, voltadas às demandas da população de rua, em uma cidade localizada no interior do Rio Grande do Sul. Neste caso, trata-se dos serviços de assistência social Albergue Municipal e Centro de Referência Especializada de Assistência Social (CREAS), que aceitaram ser parceiros desta pesquisa, através de carta assinada e



carimbada pela prefeitura municipal. Partimos do pressuposto de que estes são os principais serviços públicos que atuam diretamente com as demandas da população em situação de rua no âmbito das políticas públicas de assistência social. Com isso, justificamos o nosso interesse de acessar por tal via na rede pública de assistência social municipal.

Sobre as políticas públicas enquanto objeto de estudo e, mais especificamente, das ações de trabalhadoras que atuam nas políticas públicas de assistência social voltadas à população de rua, vê-se uma riqueza de materiais que dão embasamento ao objeto de estudo aqui escolhido. Compreendemos que o termo “objeto de estudo” não se reduz à ideia de objetificação de uma realidade, de uma população, mas que as produções feitas com tal realidade/população acabam por produzir pistas para que a produção e análise de dados aconteça. Sobre isso, Ferraz (2019) afirma que, através da viabilidade tecnológica, tem-se uma gama de materiais que podem ser organizados e acionados para posteriores análises sobre as articulações, proporções e relações dos fatos sociais analisados.

Desta forma, foram contatadas quatro trabalhadoras da rede SUAS na cidade em questão, que aceitaram formalmente participar desta pesquisa, através de entrevistas individuais semiestruturadas, sobre a atuação profissional das participantes frente a realidade da população em situação de rua (como e onde atuam, se recebem formação profissional específica, do funcionamento das instituições onde atuam etc.).

Análise de dados

A proposta da produção de sentidos de Mary Jane Spink e colaboradoras/es (2013; 2010; 1994) foi utilizada para análise dos dados, a qual se fundamenta no campo da psicologia social, mais especificamente no construcionismo social, para evidenciar a produção de sentidos das trabalhadoras voluntárias nesta pesquisa.

Spink (1994) aponta que “conhecer é dar sentido ao mundo” (p. 150). Para Rosa et al. (2006), a produção de sentidos é uma prática discursiva que está situada junto ao construcionismo social e que propõe romper com o modo tradicional de fazer ciência, além de buscar ultrapassar a dualidade sujeito-objeto. Os autores pontuam que a



produção de sentidos situa o conhecimento no interior dos processos de interação social, ou seja, da forma que as pessoas descrevem e dão conta da realidade; da vida cotidiana (ROSA et al., 2006).

Desta forma, após a etapa de transcrição das entrevistas semiestruturadas, confrontamos os sentidos construídos no processo de pesquisa com aqueles decorrentes da revisão bibliográfica acerca do fenômeno em estudo. Deste confronto inicial, definimos cinco categorias de análise e construímos os mapas e árvores de associação de ideias. Nestes mapas, os conteúdos são organizados a partir de categorias, mas é preservada a sequência das falas e identificam-se os processos de interanimação dialógica.

2. ANÁLISE E DISCUSSÃO

A seguir serão apresentadas duas seções que se configuram como as duas categorias de análise deste artigo, sendo a primeira sobre os processos de inclusão-exclusão (ou, in/exclusão) e, a segunda, sobre capacitação profissional em âmbito de assistência social direcionada às demandas da população em situação de rua. Neste sentido, ambas categorias de análise foram produzidas e levam em seu título fragmentos obtidos em campo, o que caracteriza a metodologia adotada na pesquisa sobre sentidos e significados e que vão ao encontro do objetivo deste artigo. Sendo assim, para diferenciar de citações bibliográficas, os fragmentos das entrevistas estarão em formato itálico.

“O tempo que eles têm que ficar limpos, já é uma inclusão”²: Sobre a inclusão-exclusão da população de rua

Uma das categorias de análise desta pesquisa abrange o processo de inclusão-exclusão nas ações desenvolvidas pelas trabalhadoras entrevistadas. Partindo do pressuposto de que os processos de inclusão e exclusão permeiam as relações de poder e não existem apenas na realidade de grupos culturalmente diferentes, pois tal fenômeno ocorre nas mais diversas formas e meios (LUNARDI, 2001), apontamos o que a autora

² Excerto da entrevista realizada em setembro de 2020 com E3. Todos os fragmentos das entrevistas serão denominados com a letra “E” seguida de um número de identificação, tendo em vista os preceitos éticos. Todos os excertos estarão em itálico para diferenciar de citações.



Márcia Lise Lunardi (2001) defende sobre a questão de a inclusão/exclusão ser um processo que atinge a todas/os e, assim, todas/os podem ser excluídas/os de alguma(s) situação(ões) e incluídas/os em outra(s). Desta forma, não existe alguém completamente incluído ou completamente excluído (PINTO, 1999 citado por LUNARDI, 2001, p. s/n), o que existe são jogos de poder em que alguns são enquadrados ou não, dependendo de suas especificidades. Lunardi (2001) afirma que inclusão e exclusão “são faces da mesma moeda” que operam de forma simultânea e “fazem parte de uma mesma matriz de poder” (p. s/n).

Portanto, lançando mão do termo inclusão-exclusão para pensar os desafios em se trabalhar com o fenômeno “situação de rua”, sendo essa uma discussão recente já em desenvolvimento por outras/os estudiosas/os, foi possível identificar certa dificuldade crítica e reflexiva por parte das entrevistadas sobre a existência da in/exclusão na vida da pessoa que vive em situação de rua, assim como, sobre e o que seriam as práticas de in/exclusão por parte dos serviços públicos. Em um primeiro momento, todas as trabalhadoras afirmaram não haver exclusão por parte dos serviços em suas práticas. Segundo relatos:

*“É o trabalho de **humanização** que a gente faz mesmo. De receber eles, de chamar pelo nome, tratar eles como eles devem ser tratados, **como eles merecem ser tratados**. Eu acho que nunca há exclusão aqui no serviço.”* (Fragmento da entrevista realizada em agosto de 2020 com E2, grifo nosso).

*“[...] eles saem dali limpinhos, saem arrumados, com a barba feita, com o cabelo cortado, tipo... a gente cobrando deles que eles não podem vir embriagados ou sob efeito de outras drogas. Isso também é inclusão, porque **o tempo que eles têm que ficar limpos, já é uma inclusão**. Eu vejo assim.”* (Fragmento da entrevista realizada em setembro de 2020 com E3, grifo nosso).

*“Tem muitos que querem sair disso [situação de rua] e **eu acho que os projetos vêm pra isso, pra fazer com que eles se incluam mais**. Principalmente quando se fala em autoconhecimento, quando tu começa a se conhecer e entender quem tu é.”* (Fragmento da entrevista realizada em outubro de 2020 com E4, grifo nosso).



*“[...] é mostrado pra eles o **outro lado da vida lá** [no serviço] ... lado que a gente conhece e que eles... não sei, uns já conheceram e outros não [...] fazendo carteira de trabalho, arrumando os documentos de quem perdeu, tentando levar eles pra tratamento no CAPS, na rede toda pra eles se tratarem [...] nesse sentido **eu acho que é inclusão.**” (Fragmento da entrevista realizada em setembro de 2020 com E3, grifo nosso).*

Entretanto, conforme discorriam sobre o conceito de inclusão-exclusão, produzindo sentidos frente às questões lançadas pela estudante-pesquisadora, a exclusão percorreu, também, um caminho possível. Foi possível materializar o exercício reflexivo sobre algumas dificuldades enfrentadas no trabalho, no desenvolvimento (ou não) de algumas ações, do entendimento sobre as ações promovidas (ou não) pelas trabalhadoras e da importância em enxergar este serviço como um direito e não como benesse/caridade/favor. Questões estas implicam na inclusão-exclusão da população de rua:

*“[...] até por ter **uma equipe que não é como se esperaria que fosse**, uma equipe mais completa, uma equipe multidisciplinar, então as vezes a gente deixa a desejar [...] a gente tem pouco né, em virtude de **pouco funcionário** até, da **demanda muito grande**, mas é uma coisa [as ações desenvolvidas] que eu acho que ajuda bastante na **inclusão.**” (Fragmento da entrevista realizada em agosto de 2020 com E1, grifo nosso).*

*“Eu acho que uma coisa que prejudica um pouco é a mentalidade que os próprios usuários têm, que eles se sentem favorecidos **como se fosse um favor**, né, que o poder público estivesse fazendo a eles [...] eu falo no sentido de que eles enxergam o **serviço como uma caridade**, né, como alguma coisa, um presente, né, não como um serviço.” (Fragmento da entrevista realizada em agosto de 2020 com E1, grifo nosso).*

“Pra mim, a exclusão deles eles mesmos se fazem, porque ao mesmo tempo eles se culpam por causa de drogas. E outros não conseguem enxergar. Eu noto muito a questão da dependência química e tem a questão das pessoas que brigam com a família e acham que sempre



*têm razão, né. Então eu acredito que **eles mesmos se excluem da sociedade, do trabalho e das coisas.***” (Fragmento da entrevista realizada em agosto de 2020 com E2, grifo nosso).

*“Eu acho que deveria ter mais **curso profissionalizante** pra eles [usuários] [...] ia ter muita oficina ali, até foi descarregado um material lá pra fazer. Aí como veio a **pandemia**, que não dá mais pra fazer aglomeração de pessoas, parou tudo.”* (Fragmento da entrevista realizada em setembro de 2020 com E3, grifo nosso).

*“[...] aqui as regras são mais rígidas, né, que **não pode entrar com efeito de substâncias** [...] Tem regras que eu acho que tem que ter [...] **Algumas regras lá podem excluir, sim.** Só que na verdade, o que eu te digo é que não tem como se deixar tão livre porque se não tu coloca outras pessoas em riscos.”* (Fragmento da entrevista realizada em outubro de 2020 com E4, grifo nosso).

Algumas reflexões foram percorrendo críticas quanto aos obstáculos vividos nos serviços públicos em questão, desde a falta de recursos (materiais e humanos) até as regras existentes. Vimos o exercício crítico reflexivo por parte das próprias trabalhadoras tomando forma e apontando o processo de inclusão-exclusão como resultado proveniente de certa escassez.

Não obstante, dos sentidos produzidos sobre “autoexclusão” da pessoa em situação de rua, que ele/ela mesmo/a estaria se excluindo da sociedade, do trabalho, da família. Tal afirmativa percorreu o discurso das trabalhadoras entrevistadas e aponta para aquilo que já conhecemos do senso comum, da ideia problemática de que a pessoa em situação de rua escolhe estar na rua, escolhe “*se excluir da sociedade, do trabalho e das coisas*” sic.

Conforme o excerto acima, da E2, onde há o convite para se pensar sobre os processos de inclusão e exclusão no serviço público em questão, a pessoa entrevistada situa os seus pensamentos e produz sentidos sobre uma única exclusão existente – pelo menos, a única narrada -, seguida da afirmativa “*eu acho que nunca há exclusão aqui no serviço*” sic, havendo, então o entendimento de “autoexclusão” proveniente do uso de AD (álcool e outras drogas). Isto é, que ora há prazer e ora há culpa pelo uso de AD e, como resultado de tal ambivalência por parte da pessoa realizada, vê-se a exclusão social



produzida por ela mesma; a “autoexclusão”. Por que é necessário problematizar tal questão? Pois, tais discursos podem vir a justificar as ações e práticas desenvolvidas nesses serviços públicos. Ou seja, as pessoas (tantas) que não “aderem” aos serviços públicos, conforme dados que emergiram em campo que também apontam para uma não-aderência, estariam se excluindo da rede, simplesmente. No entanto, vemos que não podemos reduzir tal decisão por parte de pessoas que permanecem nas ruas, que não aderem às regras do serviço, que não buscam pelo serviço, como sinônimo de “autoexclusão”. Quando a equipe (inclui-se a gestão) produz sentidos sobre um serviço que “*nunca exclui*” sic, podemos identificar que, todavia, o binômio in/exclusão é desconhecido ou pouco trabalhado nessas instituições. Pensar sobre tal binômio é reconhecer aquilo que os autores Veiga-Neto e Lopes (2007) apontam que, mesmo as instituições que promovem inclusão através da garantia de acesso, podem ser consideradas como um espaço de exclusão. Isto porque, a in/exclusão acontece quando consideramos o aparato político, o processo histórico de constituição das políticas públicas no país, os territórios, as práticas profissionais, a produção discursiva, as regras de convivência, as especificidades das populações atendidas... enfim, tudo aquilo que atravessa a (con)vivência, o contato, o acolhimento... o estar com o outro nessas instituições públicas que compõem uma rede socioassistencial.

Importante destacar que a palavra “exclusão” tem sido amplamente atrelada à ideia daquilo/daquela/daquele que não acessa, que não é incluída/o, do “despejo humano” (VEIGA-NETO; LOPES, 2007), das práticas higienistas quando pensamos sobre o fenômeno “situação de rua”. Segundo a autora Maura Corcini Lopes (2009),

Se considerarmos de forma mais radical o termo “excluído”, estaremos nos referindo àqueles que não são capturados pelo sistema e serviços do Estado, embora estejam capturados pela governamentalidade do Estado. Não são capturados simplesmente porque são invisíveis. Invisíveis não porque não são vistos nas ruas, mas, por estarem capturados pela governamentalidade, não causam problemas, não geram ruídos, não perturbam a ordem estabelecida para a população. (p. 158)



Considera-se que as demandas plurais provenientes dos modos de ser e estar na rua apontam para diversos desafios às/aos profissionais que atuam diretamente com tal realidade e, também, põe em xeque o aparato político que desenvolve políticas, programas e projetos públicos voltados a tais demandas. Dentre estes desafios, aponta-se em vislumbrar como, em uma sociedade com tantas contradições insuperáveis, contrastes e exclusões, é possível criar referenciais positivos para a constituição da identidade valorativa da população que vive em situação de rua, às vezes invisível aos olhos da sociedade formal, às vezes expressão agressiva da contradição social (COSTA, 2005). Neste sentido, estar incluída/o pertencendo à sociedade e planejar o próprio futuro depende de uma mudança de atitude social no sentido de acolhimento dos serviços e da sociedade, de incentivar e viabilizar o sentimento de pertença e ser representada/o no coletivo.

Segundo Veiga-Neto e Lopes (2011), fazer uma crítica à inclusão, na tentativa de visualizar aquilo que ainda não vimos, bem como pensar sobre aquilo que ainda não pensamos, sobre as ações e práticas que nos rodeiam, implica em ir contra uma corrente dominante, que nos coloca algo pronto; que já está dado. Entretanto, isto nada tem a ver em ser “contra a inclusão”; mas sim, com a prática de questionar e ter um olhar crítico frente às “verdades estabelecidas e tidas como ‘verdades verdadeiras’” (VEIGA-NETO; LOPES, 2011, p. 123).

Considera-se que as atuais formas de inclusão e de exclusão caracterizam um modo contemporâneo de operação que não opera a inclusão à exclusão, mas se articulam de tal forma que uma só opera na relação com a outra por meio do sujeito, de sua subjetividade (VEIGA-NETTO; LOPES, 2011). Sendo assim, o termo “in/exclusão” foi cunhado por Veiga-Neto e Lopes (2011) e se caracteriza pela situação, por exemplo, onde há presença de pessoas em mesmos espaços físicos e pelo convencimento das incapacidades e/ou capacidades limitadas de entendimento, participação e promoção social, educacional e laboral dessas pessoas. Os autores questionam o uso excessivo dos termos inclusão e exclusão enquanto forma automática e dicotômica de se pensar as diferenças, as especificidades, e colocam em xeque a atuação do Estado mediante tais demandas que,



muitas vezes, implementam ações de (in)exclusão, que não pensam realmente no sujeito e de suas reais demandas. Isto é, as políticas públicas atuais voltadas à população de rua vislumbram a garantia de direitos mediante demandas reais e atuais destes sujeitos, de acordo com seu contexto? Ou, simplesmente aplicam ações e projetos que lhes convém; que parecem ser necessários através das lentes das políticas e políticos?

Interessante mencionar o avanço no campo de produções científicas, em que é possível notar um aperfeiçoamento teórico-analítico e constantes tentativas de captar as especificidades existentes nos modos de ser e estar na rua, através de métodos ativos de pesquisa e análise crítico-reflexiva. O livro *População de Rua: quem é, como vive, como é vista*, das autoras Maria Antonieta da Costa Vieira, Eneida Maria Ramos Bezerra e Cleisa Moreno Maffei Rosa (1992), é um exemplo de produção pioneira sobre pessoas que viviam nas ruas de São Paulo em 1990. Em um trabalho minucioso, que buscou trabalhar diretamente e, com as próprias pessoas que viviam em tal realidade, em conjunto com pesquisadoras/es acadêmicas/os, trata-se de uma produção importante que complementou um movimento coletivo que surgia na época, que se propunha em refletir e apresentar dados sobre tal realidade e lutar pelos direitos dessa população. Neste sentido, os artigos, livros e demais produções de mídia foram falando cada vez mais sobre essa parcela da sociedade que é diariamente excluída e estigmatizada, de vozes que são silenciadas, de demandas emergentes que são minimizadas e que, frente ao Estado, são inexistentes nos levantamentos censitários.

Como exemplo de (tantas) práticas de (in)exclusão voltadas a população de rua, temos alguns estudos de campo realizados em diversas áreas e que descrevem/apresentam dados importantes que colocam em xeque questões éticas básicas na atuação profissional. Questões essas que vão contra o que dispõe o Art. 5 da Constituição Federal de 1988. Como exemplo de tais práticas, conforme pesquisa de campo realizada por Machado et al. (2017) sobre a questão da saúde mental da população em situação de rua, pelo viés da Psicologia Social, algumas situações estigmatizantes surgiram no campo pesquisado, desde atitudes das/os profissionais de serviços públicos



que trabalham diretamente com a realidade de rua, até duros relatos de pessoas que se sentiram discriminadas por suas especificidades:

[...] não tem gente querendo saber da nossa vida que não seja os próprios companheiros da rua [...] quem vive na rua já sabe como é, porque vive tudo meio igual [...] passa pelas mesmas situações, uns na pior e outros numa menos ruim [fala de Pedro em jantar coletivo no dia 27/05/2017]. De acordo com entrevista realizada com o Consultório na Rua na cidade em questão, identificou-se que a maioria dos profissionais de saúde e de assistência social que trabalham diretamente com a realidade de quem vive em situação de rua, em diferentes serviços públicos, deixam transparecer a falta de preparação psicossocial em prestar algum atendimento/acolhimento com tal realidade. Ou seja, [...] já passei por situações de largar o indivíduo para atendimento em um determinado serviço e, logo após o atendimento, o(a) profissional abrir as portas e janelas do local e ficar acionando o “Bom Ar” para tirar o mau-cheiro, na frente de outros pacientes (fala do profissional entrevistado no dia 15/05/2017). (MACHADO et al., 2017, p. 12)

Nesta mesma pesquisa, as autoras apontam que se deve lançar mão de estratégias ativas para capacitação das/os profissionais que atuam diretamente com a realidade de rua. Através de entrevista realizada com o Consultório na Rua na cidade aqui em questão, Machado et al. (2017) identificaram que a maioria das/os profissionais que atuam nas políticas de saúde e, até mesmo, de assistência social, apresentam uma falta de preparação psicossocial e de capacitação profissional na realização de algumas atividades emergentes da rotina dos serviços, desde o atendimento/acolhimento de pessoas realizadas até o devido encaminhamento de demandas via rede de saúde e assistência social (MACHADO et al., 2017).

Mediante o exposto, vê-se os processos de inclusão e exclusão sendo acionados quando se tem um aparato público que prevê o acesso e o cuidado das demandas emergentes e, concomitante, os obstáculos que atravessam a relação da/o trabalhador(a) nas políticas públicas com as demandas da pessoa realizada, condicionada a uma lógica ainda naturalizada que estigmatiza e não (re)conhece as especificidades da população de



rua. Trabalhadoras essas que não contam com capacitação profissional para aprimorar as suas práticas.

Considerando que as políticas públicas servem como tecnologias de poder e saber (PORTO, 2014), os “anormais” - aqueles/as que não se encaixam nas normalidades (re)produzidas na sociedade - são incluídos para serem tratados e reformados, ou seja, normalizados, criando assim as condições necessárias para supervisioná-los e administrá-los (LUNARDI, 2001), sob a lógica de inclusão. Estaríamos, então, mediante um cenário político-social que visa a inclusão de pessoas em situação de rua nos serviços públicos que operam nos mais diversos âmbitos da vida, desde a garantia de saúde e bem-estar, a garantia de acesso à documentação básica, aos benefícios sociais, à educação, ao trabalho, à cultura, ao esporte... enfim, os direitos previstos na Constituição Federal de 1988 e reforçados na Política Nacional de Assistência Social (PNAS).

Entretanto, conforme supracitado, vê-se as dificuldades encontradas na operacionalização de tais políticas através de estudos qualitativos que apresentam o estigma naturalizado que emerge das ações de trabalhadoras que atuam junto à população de rua. Desta forma, mesmo havendo a operacionalização de serviços básicos voltados às demandas de pessoas em processo de rualização, entendido aqui como um fator que contribui com a inclusão desta população, elementos como estigma, discriminação e falta de olhar e escuta sensíveis acabam por contribuir e configurar como elemento da exclusão, assim como a não-oferta de ações e projetos, em nível municipal, previstos nas políticas.

“Não sabem, não gostam e não querem, não adianta forçar”³: Sobre capacitação profissional e equipe

A segunda categoria de análise desta pesquisa foi construída para verificar a oferta de capacitação profissional quanto às demandas da população de rua nos serviços públicos pesquisados, bem como, dos aspectos sobre a equipe de trabalhadoras. Foi unânime de que não há oferta de capacitação profissional por, pelo menos, nos últimos

³ Excerto da entrevista realizada em outubro de 2020 com E4.



cinco anos nos serviços parceiros nesta pesquisa. Não foi possível identificar se tal problemática emerge unicamente pelo discurso da escassez existente quanto aos recursos disponíveis para tal demanda. O que foi possível detectar na produção de sentidos acerca da questão de capacitação profissional é que as trabalhadoras entrevistadas apontam para uma importância na aprendizagem como via possível de agregar conhecimento e promover melhorias nos serviços:

*“Não existe capacitação. O que acontece às vezes é que a gente, por conta própria, acaba buscando [...] Nesse tempo que eu estou lá, que já são **cinco anos**, a gente nunca teve capacitação vindo do poder público.”* (Fragmento da entrevista realizada em agosto de 2020 com E1, grifo nosso).

*“Eu não lembro de quando foi a última [capacitação]. Uma capacitação é sempre importante pra tá aprendendo. Por mais que a gente saiba das coisas do dia a dia, mas tudo que tu **aprender é sempre melhor...** mais ideias, mais coisas novas.”* (Fragmento da entrevista realizada em setembro de 2020 com E3, grifo nosso).

*“Eu acho que é importante porque quanto mais tu souber como lidar com essas coisas, mais resultado vai ter. **Quanto mais conhecimento** tu tiver nessa área, o resultado também tende a ser mais positivo [...] quando chega um funcionário novo assim ele meio que cai de paraquedas.”* (Fragmento da entrevista realizada em agosto de 2020 com E1, grifo nosso).

Frente a tal problemática, vale ressaltar o objetivo central da PNE/SUAS (BRASIL, 2013) como possibilidade de enfrentamento e fomento referente a profissionalização do SUAS, através de trabalhadoras/es e gestoras/es que estejam abertas/os para “novos conhecimentos, habilidades e atitudes frente às necessidades da provisão dos serviços e benefícios socioassistenciais” (BRASIL, 2013, p. 7), contribuindo, enfim, para um projeto emancipatório de sociedade.

*“[...] estamos trabalhando com seres humanos, então **temos que ter um olhar e avaliação pra cada caso**. Eu vejo que faz falta uma capacitação pra que eles **entendam qual é o seu papel**, sabe. O que um educador pode fazer? Qual é o papel do educador? O que pode ser*



feito pelo educador dentro de um albergue durante essas 12h de permanência do usuário?” (Fragmento da entrevista realizada em outubro de 2020 com E4, grifo nosso).

No excerto acima vemos um movimento importante acontecendo, das questões que emergem do campo de práticas e que são cruciais para o desenvolvimento de ações pela/o trabalhador(a). A questão de identidade, sobre saber “qual é o meu papel neste lugar?” e, ainda, “qual é o papel da/o minha/meu colega nessa equipe?” tornam-se reflexões importantes que produzem sentidos acerca de identidade profissional e das atribuições que cada cargo/função atribui num espaço que é coletivo. Aqui vemos outra problemática que atravessa a atuação desta equipe, que poderia ser facilmente evitada através de encontros de educação permanente, grupos de estudos, cursos para capacitação profissional, oficinas, entre outras ações em que seja possível que ocorram trocas de experiências e aprendizagens em que as próprias trabalhadoras identifiquem o seu papel no serviço público, na rede e no Suas e que, sobretudo, reconheçam a importância de sua atuação. Sobre este ponto de discussão, vale ressaltar o que preconiza a PNEP/SUAS (BRASIL, 2013) sobre a estratégia de educação permanente não servir apenas para desenvolvimento de habilidades específicas, mas também como uma via possível para se problematizar acerca das práticas profissionais e *modus operandi* dos serviços.

*“Às vezes nós somos cobrados ‘ah, por que fulano deixou acontecer tal coisa?’, né, mas **a gente cai** [de paraquedas] **aqui dentro** [...] na verdade **a gente vai indo no tato**, vai fazendo o que a gente pode. E nessa situação, há erros e acertos, né. **Nem sempre a gente vai conseguir agir da forma correta.**” (Fragmento da entrevista realizada em agosto de 2020 com E2, grifo nosso).*

*“[...] é bem difícil fazer com que compreendam que pode haver **mudanças** [...] Muitas pessoas não gostam de participar de grupos, né, de trabalhadores, não gostam disso, não fazem parte... não sabem, não gostam e não querem, não adianta forçar. E eu acredito muito no trabalho em grupo. [...] as pessoas estão lá há muitos anos e elas não entendem isso, elas não têm o conhecimento e elas não aceitam muito bem.” (Fragmento da entrevista realizada em outubro de 2020 com E4, grifo nosso).*



A questão da rotatividade nos cargos de gestão também foi apontada e problematizada pelas trabalhadoras entrevistadas. Desde antes da pandemia, já víamos em nível municipal a troca de Secretárias e Secretários da Assistência e Social e Saúde. A partir da escrita do projeto da presente pesquisa e, também, durante o desenvolvimento desta, observamos que quando buscávamos contato com tais departamentos, principalmente com o das Políticas Públicas e Assistência Social deste município, víamos a troca da/o gestor em curtos períodos. Através das entrevistas tal questão foi levantada e, principalmente, sobre os sentidos produzidos pelas trabalhadoras acerca da rotatividade na Coordenação do Albergue:

“A gente teve uma rotatividade de coordenadores, né. Só neste ano já estamos no terceiro coordenador.” (Fragmento da entrevista realizada em agosto de 2020 com E1).

Curiosamente, nota-se a produção de sentidos acerca de uma questão importante vivenciada pelas trabalhadoras neste serviço público quando se fala em cargo de gestão e, especificamente, sobre o cargo da Coordenação:

*“Na minha opinião, o cargo de coordenador deste serviço é um **cargo político**. O poder público vai lá e escolhe um CC e põe de coordenador. Eu acho que isso não é muito bom. Eu acho que deveria ser um funcionário que fosse ficar por um período maior. Então assim, quando existem **discórdias políticas** ou algo nesse sentido, eles vão lá e tiram o coordenador e colocam outro que vai fazer do jeito **que melhor se adapte**”.* (Fragmento da entrevista realizada em agosto de 2020 com E1, grifo nosso).

A pessoa entrevistada coloca em xeque a função política em um cargo como este, de certas combinações, entendimentos e, até mesmo, dos sentidos dados à função de cargo de confiança (conhecido por “CC”) neste serviço. Ou seja, haveria um funcionamento interno da prefeitura para que o cargo de Coordenador(a) do Albergue seja escolhido “a dedo” por livre nomeação. Entretanto, permanecem durante curto período, resultando em rotatividade. Em contrapartida, quando questionada sobre a questão da rotatividade no restante da equipe neste serviço, ela relata que há mais estabilidade, que estão há mais tempo neste local.



CONSIDERAÇÕES FINAIS

Tendo em vista a discussão aqui realizada, ressalta-se que, ao refletir sobre as questões de in/exclusão e capacitação profissional em âmbito socioassistencial para pessoas em situação de rua, evidenciou-se a falta de capacitação profissional, da não-oferta de educação permanente para acrescentar no trabalho já desenvolvido e para contribuir na atuação frente a uma população que continua sendo invisível. Sem o intuito de produzir conclusões, apontamos àquilo que as próprias trabalhadoras entrevistadas destacam sobre a importância de haver oferta de educação permanente no âmbito do Suas, porém constatamos a falta de tal incentivo. Através das narrativas, identificamos os desafios diários nas práticas voltadas às demandas da população de rua e da necessidade de haver oferta de educação permanente como via possível para compreensão das complexidades e especificidades que contornam a realidade de quem vive na/da rua.

Sobre a realidade de rua enquanto questão social e das ações públicas voltadas às demandas da população em situação de rua, é importante reiterar o que Prates et al. (2011) afirmam que nenhum fenômeno social se origina de uma única causa, mas de múltiplas determinações e processos que demandam um enfrentamento e articulação de iniciativas diversas. Sendo assim, pensar sobre ações, programas e projetos voltados às demandas da população de rua é, também, prever uma superação de fragmentação e garantir intervenções pautadas na integralidade. Conforme apresentado por Prates et al. (2011), muitos estudos, nacionais e internacionais, apontam que há necessidade de integração entre as políticas públicas de diversos âmbitos (saúde, assistência social, educação, trabalho, habitação, cultura...) para enfrentamento às situações de rualização. Os mesmos autores destacam a importância de que seja garantido a esse segmento populacional o acesso ao tratamento na área da saúde mental de modo articulado a outras políticas.

Com o presente artigo, pretendemos lançar mão de dados e pistas que vão ao encontro de premissas que visam a garantia de direitos e manutenção de políticas frente a uma população que é heterogênea, contribuindo para que seus direitos sejam



reconhecidos e promovidos. Para isso, foi necessário realizar um recorte conceitual no campo em estudo, tendo em vista a amplitude de dados *versus* tempo/recursos previstos, pois assim como afirmam Prates et al. (2011), são diversos os trabalhos realizados acerca do tema circunscrito, entretanto, identificamos uma lacuna entre as produções científicas em diversas áreas de estudos e da implementação de políticas públicas que garantam atendimento universal e integral dessa população. Neste sentido, identifica-se a formulação e implementação de estratégias públicas voltadas às demandas da população de rua, porém, para além do campo teórico e normativo, vê-se os processos de inclusão e exclusão emergentes das ações de trabalhadoras que evidenciam a complexidade que atravessa este fenômeno (PRATES et al., 2011).

Com este artigo, espera-se que, em conjunto com as produções acadêmicas já realizadas e publicadas acerca do contexto da população em situação de rua na cidade em questão, será possível agregar conhecimento e dados atuais ao movimento histórico de lutas e resistências dessa minoria social, que desde o ano de 2000, busca uma organização coletiva e representação política nos níveis municipal, estadual e nacional. Dessa forma, sabe-se que o fazer-acadêmico/científico tem um papel importante na construção de políticas públicas e no fazer coletivo (fazer com), além de promover reflexões acerca das práticas profissionais em busca de aperfeiçoamento, de acordo com as demandas. Considerando as poucas produções já publicadas acerca do fenômeno “população de rua” na cidade aqui referida, propusemos uma pesquisa pioneira sobre a produção de sentidos atribuídos à figura-rua e aos serviços atuantes do Suas, no intuito de abrir caminho para futuras pesquisas.

Por fim, parte-se do pressuposto de que refletir sobre as vivências de pessoas em situação de rua é, também, (re)pensar sobre os (outros tantos) modos de ser e estar no mundo. Viver na condição de rualização, isto é, estar/viver/morar nas ruas, antes de tudo, é um dos resultados (muitas vezes, fatais) de desigualdades que permeiam as cidades. A realidade da população de rua é um dos exemplos mais extremos e devastadores da pobreza e exclusão social no mundo. Nota-se o aumento expressivo dessa população e, conseqüentemente, das produções científicas acerca do tema. Sabendo que o senso



comum também faz parte deste arranjo, vê-se cada vez mais a reprodução de estigmas acerca da figura habitante das ruas, desde discursos homogeneizadores que, ora culpabiliza e ora vitimiza, até o anúncio de ações do Estado voltadas àquelas/es que vivem nas margens do social; das cidades e das políticas públicas. Em contrapartida, a luta pelos direitos dessa população também aumenta e se propaga nos mais diversos espaços de debate pela construção de ações sociais voltadas às demandas daquelas/es que “vivem à margem” (SERAFINO; LUZ, 2015; PAIVA et al., 2016). Desta forma, destacamos que a educação permanente pode ser consolidada como importante política pública a ser implementada em um município que, todavia, carece de incentivo no âmbito do Suas. Tal problemática pode ser identificada como fator gerador de práticas in/excludentes mediante uma questão social que é antiga; o fenômeno “situação de rua” continua sendo atravessado por estigma, preconceito e senso comum.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

BOTTI, N. C. L.; CASTRO, C. G. de.; SILVA, A. K.; SILVA, M. F. da S.; OLIVEIRA, L. C. de.; CASTRO, A. C. H. O. A. de.; FONSECA, L. L. K. (2010). Padrão de uso de álcool entre homens adultos em situação de rua de Belo Horizonte. Ribeirão Preto: **SMAD - Revista eletrônica saúde mental álcool e drogas**, v. 6, n. Especial, p. 536-555, 2010.

BRASIL, GOVERNO FEDERAL. *Política Nacional para Inclusão Social da População em Situação de Rua*. Brasília. 2008.

BRASIL, GOVERNO FEDERAL. Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome. *Rua: aprendendo a contar - Pesquisa Nacional sobre a População em Situação de Rua*. Brasília: Secretaria de Avaliação e Gestão da Informação, Secretaria Nacional de Assistência Social. 2009.

BRASIL, GOVERNO FEDERAL. Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome. *Política Nacional de Educação Permanente do SUAS (PNEP/SUAS)*. Brasília: Secretaria Nacional de Assistência Social, 1ª edição. 2013.

CONSELHO NACIONAL DE SAÚDE. Resolução n. 510 de 07 de abril de 2016. Dispõe sobre as normas aplicáveis a pesquisas em Ciências Humanas e Sociais. **Diário Oficial da República Federativa do Brasil**, Brasília, DF, 24 mai. 2016.



CONSELHO NACIONAL DE SAÚDE. Resolução n. 466 de 12 de dezembro de 2012. Aprova diretrizes e normas regulamentadoras de pesquisas envolvendo seres humanos. **Diário Oficial da República Federativa do Brasil**, Brasília, DF, 12 dez. 2012.

COSTA, A. P. M. População em situação de rua: contextualização e caracterização. Porto Alegre: **Textos e contextos**, v. 4, n. 1, p. 1-15, 2005.

DUARTE, R. Entrevistas em pesquisas qualitativas. Curitiba: **Educar em Revista**, vol. s/n, n. 24, p. 213-225, 2004.

FERRAZ, C. P. A etnografia digital e os fundamentos da Antropologia para estudos em redes on-line. São Paulo: **Revista de Arte Aurora**, v. 12, n. 35, p. 46-69, 2019.

FOUCAULT, M. A vida dos homens infames. In: FOUCAULT, M. **Estratégia, poder-saber**. Ditos e escritos IV. Rio de Janeiro: Forense Universitária, pp.203-222. 2006.

GOFFMAN, E. **Estigma**: notas sobre a manipulação da identidade deteriorada. Rio de Janeiro: Editora LTC. 1988.

LOPES, M. C. Políticas de Inclusão e Governamentalidade. Porto Alegre: **Revista Educação & Realidade**, v. 34, n. 2, p. 153-169, 2009.

LUNARDI, M. L. Inclusão/exclusão: duas faces da mesma moeda. Santa Maria: **Revista Educação Especial**, v. s/n, n.18, p. 1-5, 2001.

MACHADO, M. L. A., ASSMANN, C., NUNES, K. G. (2018). Saúde na rua(?): modos de (re)pensar a saúde mental da população em situação de rua através da pesquisa-ação. In: ALMEIDA, P. C. S. de; KLAFKE, T. E. (Orgs). **Ensino e extensão na UNISC**: prêmio honra ao mérito 2017. Santa Cruz do Sul: EDUNISC. 2018.

MARTINS, H. H. T. de S. Metodologia qualitativa de pesquisa. São Paulo: **Revista Educação e Pesquisa**, v. 30, n. 2, p. 289-300, 2004.

MINAYO, M. C. de S. **O desafio do conhecimento**: pesquisa qualitativa em saúde. 13. ed., Hucitec. 2013.

MORÉ, C. A. “entrevista em profundidade” ou “semiestruturada”, no contexto da saúde - Dilemas epistemológicos e desafios de sua construção e aplicação. **Anais online VI Congresso Ibero-Americano em Investigação Qualitativa e IV Simpósio Internacional de Educação e Comunicação**. 2015.

NATALINO, M. A. C. **Estimativa da população em situação de rua no Brasil**. Brasília: Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada (IPEA). 2016.



PAIVA, I. K. S.; LIRA, C. D. G.; JUSTINO, J. M. R.; MIRANDA, M. G. de O.; SARAIVA, A. K. DE M. Direito à saúde da população em situação de rua: reflexões sobre a problemática. Rio de Janeiro: **Revista Ciência e Saúde Coletiva**, v. 21, n. 8, p. 2595-2606, 2016.

PIMENTA, M. de M. Pessoas em situação de rua em Porto Alegre. Porto Alegre: **Revista Civitas**, v. 19, n. 1, p. 82-104, 2019.

PORTO, J. R. S. Uma analítica do poder para as políticas públicas: Foucault e a contribuição da Anthropology of Public Policy. Rio de Janeiro: **Estudos, Sociedade e Agricultura**, v. 22, n. 2, p. 360-385, 2014.

PRATES, J. C.; PRATES, F. C.; MACHADO, S. Populações em situação de rua: os processos de exclusão e inclusão precária vivenciados por esse segmento. Brasília: **Temporalis**, v. 11, n. 22, p. 191-215, 2011.

ROSA, A. R.; TURETA, C.; BRITO, M. J. de. Práticas discursivas e produção de sentidos nos estudos organizacionais: a contribuição do construcionismo social. Ceará: **Contextus - Revista Contemporânea de Economia e Gestão**, v. 4, n. 1, p. 41-52, 2006.

SERAFINO, I.; LUZ, L. C. X. Políticas para a população adulta em situação de rua: questões para debate. Florianópolis: **Revista Katálysis**, v. 18, n. 1, p. 74-85, 2015.

SILVA, C.; R. de C.; MENDES, R.; NAKAMURA, E. A dimensão da ética na pesquisa em saúde com ênfase na abordagem qualitativa. São Paulo: **Saúde e Sociedade**, v. 2, n. 11, p. 32-41, 2012.

SPINK, M. J. **Linguagem e produção de sentidos no cotidiano**. Rio de Janeiro: Centro Edelstein de Pesquisas Sociais. 2010.

SPINK, M. J.; FREZZA, R. M. Práticas discursivas e produção de sentido: a perspectiva da Psicologia Social. In: Spink, M. J. (Org). **Práticas discursivas e produção de sentidos no cotidiano**. Rio de Janeiro: Centro Edelstein de Pesquisas Sociais. 2013.

SPINK, M. J.; GIMENES, M. da G. Práticas discursivas e produção de sentido: apontamentos metodológicos para a análise de discursos sobre a saúde e a doença. São Paulo: **Saúde e Sociedade**, v. 3, n. 2, p. 149-171, 1994.

SPINK, M. J.; LIMA, H. Rigor e visibilidade: a explicitação dos passos de interpretação. In: SPINK, M. J. (Org). **Práticas discursivas e produção de sentidos no cotidiano**. Rio de Janeiro: Centro Edelstein de Pesquisas Sociais. 2013.



VEIGA-NETO, A.; LOPES, M. C. Inclusão e Governamentalidade. Campinas: **Revista Educação & Sociedade**, v. 28, n. 100, p. 947-963, 2007.

VEIGA-NETO, A.; LOPES, M. C. Inclusão, exclusão, in/exclusão. São Paulo: **Revista do NUSOL: Núcleo de Sociabilidade Libertária**, v. 1, n. 20, p. 121-135, 2011.

VIEIRA, M. A. da C.; BEZERRA, E. M. R.; ROSA, C. M. M. (Orgs.). **População de rua: quem é, como vive, como é vista**. Hucitec. 1992.